

Os ricos no Brasil: o que sabemos, o que não sabemos e o que deveríamos saber

Pedro H. G. Ferreira de Souza¹

Introdução

A característica mais marcante da distribuição de renda brasileira é a concentração de renda no topo. A distância que separa os ricos do resto da população é tão perceptível a olho nu quanto em bases estatísticas. No entanto, nem sempre a pesquisa acadêmica sobre desigualdade privilegiou esse recorte. A ênfase variou muito ao longo do tempo, atingindo intensidade inédita nos últimos anos: o número de artigos, capítulos, dissertações e teses sobre o assunto cresceu exponencialmente desde que Medeiros (2004a) publicou nesta revista sua resenha sobre os ricos e as teorias de estratificação social.

O objetivo deste texto é recuperar essa história e oferecer um panorama da produção recente. Para isso, a revisão bibliográfica cobre cerca de cinco décadas de estudos empíricos sobre o Brasil e contextualiza a preocupação com os ricos em relação ao debate dominante sobre a distribuição de renda no país. Nesse contexto, procurei destacar como os enquadramentos dados à desigualdade também variaram ao longo dos anos e como o recorte específico a partir dos ricos contribui com diagnósticos, hipóteses e interpretações diferentes dos que emergem da análise de outros estratos.

O foco, portanto, recai sobre trabalhos empíricos acerca dos níveis, tendências e causas

da concentração de renda entre os ricos. Diante da proliferação de estudos, optei por classificar a produção recente em suas vertentes principais, chamando a atenção para as perguntas de pesquisa, as contribuições e as lacunas de cada uma. A exposição segue ordem essencialmente cronológica, precedida por uma breve seção com esclarecimentos metodológicos e conceituais.

Dado esse escopo, esta resenha não contempla uma série de análises sobre temas correlatos. Não trato aqui de estudos sobre as consequências da concentração de renda no topo nem sobre a distribuição de riqueza ou patrimônio. Também não abordo as discussões sobre as percepções das elites nem sobre a coesão e articulação de elites políticas, empresariais, burocráticas, acadêmicas e afins.

Que ricos são esses?

Os ricos escapam a definições precisas. Por isso, a literatura sobre o assunto é muito heterogênea em termos metodológicos. Em primeiro lugar, a própria nomenclatura é controversa. Preocupações teóricas díspares, a sensibilidade política do tema e a inexistência de uma terminologia consensual fazem que o termo “ricos” seja preterido em prol de eufemismos ou definições tecnocráticas,

1 Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Suas áreas de interesse incluem desigualdade social, mobilidade social e políticas públicas. Agradecimento aos comentários de Marcelo Medeiros e Rogério Barbosa. E-mail: pedro.ferreira@ipea.gov.br

como as “elites”, os “abastados”, os “afluente”, “o centésimo mais rico” e afins. Seja como for, para facilitar a leitura e fugir do excesso de escrúpulos – que, aliás, não se vê nos estudos sobre a pobreza – utilizo preferencialmente o termo “ricos”, ainda que os autores discutidos não empreguem essa mesma terminologia.

Segundo, os ricos podem ser definidos em pelo menos duas dimensões – fluxos (renda) e estoque (riqueza/patrimônio/capital) – que se retroalimentam, dado que altos rendimentos facilitam o acúmulo de riqueza e a própria riqueza gera rendimentos. Por sinal, em todo o mundo o patrimônio tende a ser muito mais concentrado do que a renda, inclusive por efeitos do ciclo de vida.

Abordar a distribuição conjunta dessas duas dimensões seria ideal. Entretanto, a coleta de informações sobre bens e ativos é muito mais complicada do que a obtenção de dados sobre rendimentos, de modo que a maior parte das investigações desde sempre analisou somente estes dados. No Brasil a situação não é diferente: as informações sobre patrimônios – e os estudos baseados nelas – são muito escassas. Portanto, esta resenha crítica define os ricos a partir de sua posição na distribuição de renda, independentemente do seu estoque de riqueza. Isso não implica, contudo, que a questão do patrimônio esteja de todo ausente. Em muitos textos, a propriedade aparece como variável explicativa – em geral em hipóteses especulativas – para a concentração de renda no topo.

Terceiro, há também muitas opções e pouca concordância quanto à delimitação dos ricos na distribuição de renda. Algumas definições incluem cerca de um quinto da população, outras podem restringir o escopo a grupos infinitesimais. Pode-se definir operacionalmente os ricos por valores absolutos (e.g., milionários ou bilionários), como percentuais fixos da população (e.g., o 1% mais rico), pelo esforço redistributivo necessário para eliminar a pobreza (MEDEIROS, 2005b), pelo

percentil a partir do qual acréscimos marginais de renda aumentam o coeficiente de Gini (HOFFMANN, 2005), entre outras formas.

Em última instância, assim como nas análises da pobreza, considerações práticas acabam triunfando sobre elaborações teóricas. Em vista disso, as próximas seções se abstêm de definir rigidamente uma linha de riqueza ou afluência e dão mais destaque às conclusões substantivas do que às definições metodológicas dos trabalhos comentados, exceto nos casos em que discuti-las é imprescindível.

Quarto, a qualidade das informações é uma questão sensível. No pós-guerra, as pesquisas domiciliares se tornaram a fonte de dados por excelência para análises da distribuição de renda em todo o mundo. Entretanto, a subestimação dos rendimentos dos mais ricos nessas pesquisas é reconhecida há muitas décadas (BAIRD; FINE, 1939). Ela ocorre, entre outros motivos, por problemas amostrais e por maiores taxas de não participação e não resposta entre os mais ricos, bem como pela subdeclaração dos rendimentos efetivamente reportados, em especial no caso de rendimentos de capital e de atividade empresarial (ATKINSON; PIKETTY; SAEZ, 2011; CANBERRA GROUP, 2011; GOTTSCHALK; SMEEDING, 2000; HOFFMANN, 1988; KENNICKELL, 2017; MEDEIROS, 2005a).

A melhor opção é usar dados administrativos e fiscais, em especial informações do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF). Embora esses dados também tenham limitações, nenhuma delas é insuperável e, para o estudo dos ricos, são questões menos graves do que as das pesquisas domiciliares (SOUZA, 2016, p. 154-158).

Quinto, as unidades de análise, os conceitos de renda e outras tecnicidades também variam muito, sem que haja escolhas indiscutivelmente superiores. Logo, faz muito pouco sentido impor critérios unívocos e restritivos. Ao mesmo tempo, seria inviável enumerar

as definições adotadas por cada estudo. Por consequência, optei por entrar em minúcias apenas nos casos mais importantes.

Dessa forma, a seleção do material guiou-se por três critérios gerais: a relevância para o debate mais amplo sobre desigualdade no Brasil; a ênfase dada à concentração de renda entre os ricos; e a originalidade, em especial no que diz respeito ao uso de fontes de dados mais apropriadas para o estudo dos ricos, como os dados do IRPF.

As raízes do debate empírico brasileiro

No mundo desenvolvido, os estudos empíricos sobre desigualdade de renda e riqueza floresceram entre o fim do século XIX e meados do século XX. Em consonância com o clima da época, a maior parte desses pioneiros – inclusive Pareto e Kuznets – recorreu a dados tributários para estimar o grau de concentração no topo, seja para reafirmar ou refutar o conflito distributivo (SOUZA, 2016).

O Brasil não ficou inteiramente de fora dessa onda, graças a Mortara (1949a, 1949b), que aplicou as técnicas desenvolvidas por Pareto a tabulações do IRPF. Seus resultados indicaram que a concentração no topo no Brasil era menor do que a imaginada, o que se explica pelo fato de que, entre outras limitações, Mortara considerou apenas a renda líquida dos indivíduos².

De todo modo, a pesquisa empírica sobre desigualdade só deslanchou no Brasil depois da divulgação dos resultados do Censo de 1970, quando Hoffmann e Duarte (1972) e Fishlow (1972) mostraram aumento inegável da desigualdade na população economicamente ativa

desde 1960. Os autores destacaram explicações políticas centradas na política salarial restritiva dos primeiros anos da ditadura e vincularam o dinamismo do fim da década à concentração prévia no topo.

O debate acadêmico transbordou para a seara política quando Robert McNamara, então presidente do Banco Mundial, usou dados preliminares de Fishlow para criticar publicamente a distribuição de renda no Brasil, com imediata repercussão na imprensa brasileira (ALMEIDA, 2008). Com isso, a querela “generalizou-se, envolvendo ministros, parlamentares, economistas e sociólogos”, pois os resultados deram uma “base estatística às análises críticas ao processo de desenvolvimento brasileiro” (LOPES, 1973, p. 47-48).

Aliados da ditadura viram-se obrigados a responder. Simonsen (1972, p. 50-57) atirou para todos os lados, culpando desde a “levianidade estatística” do debate até o bode expiatório da “explosão demográfica” provocada por falta de planejamento familiar. Analogamente, Jorge Kingston e Lucia Kingston (1972) tentaram minimizar o fenômeno, ressaltando o aumento da renda média e o *trade-off* entre desigualdade e crescimento, isto é, a (suposta) impossibilidade de conciliar redução da desigualdade com crescimento rápido da economia. O mais interessante do texto deles, no entanto, foi a estimação dos parâmetros da distribuição de Pareto para os dados dos censos e para tabulações do IRPF e a tentativa rudimentar de combinar ambos os dados³.

A resposta mais convincente ficou a cargo de Langoni (1973), em estudo comissionado pelo Ministério da Fazenda. Langoni jogou para escanteio a interpretação política do problema,

2 À época, a renda líquida correspondia ao saldo positivo dos rendimentos brutos tributáveis após a subtração das deduções cedulares e dos abatimentos. Nem todos os rendimentos entravam no cômputo dos rendimentos brutos tributáveis. Ver Nóbrega (2014).

3 Jorge Kingston (1952) já havia feito exercício semelhante para dados tributários dos anos 1940 na seção final de um longo artigo metodológico.

recolocando-o em termos mais benignos: o aumento da desigualdade seria consequência do processo acelerado de desenvolvimento econômico, fosse por meio da realocação setorial à la Kuznets, fosse pelo crescimento da demanda por mão de obra qualificada, cuja elasticidade de oferta seria baixa em curto e médio prazo⁴. No longo prazo, esses desequilíbrios tenderiam a desaparecer, já que, entre outros motivos, a própria elevação dos retornos educacionais geraria incentivos endógenos para um maior investimento em capital humano.

Nessa história, os ricos quase não aparecem, e a concentração do topo dilui-se em estratificação educacional. No máximo, Langoni (Ibid., p. 68) observou que, entre 1960 e 1970, o décimo mais rico foi o único que aumentou sua participação relativa na renda. Sua análise de tabulações do IRPF limitou-se a destacar que o tributo era progressivo, embora com pequeno potencial redistributivo, dados os possíveis incentivos e efeitos adversos sobre a oferta de trabalho e a poupança nacional (Ibid., p. 48).

A coletânea organizada por Tolipan e Tinelli (1975) reuniu alguns dos principais textos do período. A contraposição entre a visão polarizada da estratificação social e a visão apologética da ditadura aparece já no prefácio, escrito por Fernando Henrique Cardoso (1975, p. 9), que atacou a “pouca credibilidade que tem a posição dos justificadores tecnocráticos do *status quo* que persistem em tentar fazer crer à opinião pública que a ‘ciência’ [...] aponta sempre em favor dos ricos”.

A querela terminou sem consenso. Em retrospecto, a interpretação de Langoni tornou-se

a mais influente, apesar dos indícios de que a política de estabilização foi mais importante para o aumento da desigualdade do que o início do “milagre econômico” (BACHA; TAYLOR, 1978; HOFFMANN, 1973; WELLS, 1974).

Méritos e deméritos à parte, a crescente importância da abordagem do capital humano colaborou para ofuscar a análise com foco nos ricos. Embora nenhum dos trabalhos citados investisse exclusivamente nesse recorte, o olhar sobre a concentração no topo perpassou por toda a produção crítica da época. O refluxo nos anos seguintes é bem perceptível.

Os trabalhos empíricos baseados em pesquisas domiciliares mostraram aumento da desigualdade também nos anos 1970 – com menos intensidade do que antes e com breve intervalo de queda entre 1976 e 1981 – e nos anos 1980 (BARROS; MENDONÇA, 1995a; BONELLI; RAMOS, 1993; BONELLI; SEDLACEK, 1988). A heterogeneidade educacional e a convexidade dos retornos à escolaridade⁵ foram aceitas mais amplamente como principais explicações para a persistência dos altos níveis de desigualdades registrados no Brasil (BARROS; MENDONÇA, 1995b; BARROS; RAMOS, 1992; JALLADE, 1978; LAM; LEVISON, 1990; REIS; BARROS, 1990). Além disso, alguns autores chamaram a atenção para a provável subestimação da renda no topo e a desigualdade nas pesquisas domiciliares (HOFFMANN, 1988; LLUCH, 1982).

A produção acadêmica brasileira chegou aos anos 1990 menos controversa e menos visível do que antes. Só que isso não significa que a concentração no topo fosse completamente

4 Em economia, a elasticidade-preço da oferta é a sensibilidade da quantidade ofertada em resposta a variações de preço de um bem ou serviço. A baixa elasticidade de oferta de mão de obra qualificada significa que, no curto prazo, a quantidade ofertada varia muito pouco mesmo se houver aumento ou queda significativos de salários.

5 Na literatura baseada na teoria do capital humano, retornos à escolaridade ou à educação desempenham papel análogo ao de retornos gerados por investimentos financeiros. Convexidade implica que os ganhos marginais obtidos com maiores níveis de escolaridade (por exemplo, terminar o Ensino Médio vs. abandoná-lo pela metade) são sempre crescentes. Para uma visão crítica, ver Barbosa (2017).

ignorada, nem que inexistissem explicações complementares para lidar com as deficiências da abordagem educacional (ver, por exemplo, BONELLI; RAMOS, 1993; LAM; LEVISON, 1992).

Mesmo os ricos não desapareceram por completo. Albuquerque (1994) tratou explicitamente desse grupo, baseando-se na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para traçar um perfil pioneiro da população com altos rendimentos. Estudos baseados em informações do IRPF, embora não muito numerosos, trataram desse grupo de forma tácita. Por exemplo, Gonçalves (1976) examinou a redução da já pequena progressividade do imposto entre 1966 e 1975, enquanto Gibbon (1979) analisou amostras pareadas do IRPF – jamais disponibilizadas novamente – para estudar mobilidade social entre 1970 e 1975.

Ainda assim, é difícil negar que uma nova sabedoria convencional se cristalizou em torno do papel central da educação para explicar a enorme desigualdade brasileira, com mais ênfase à pobreza do que à concentração no topo. Simultaneamente, a persistência da desigualdade era a questão-chave, como se depreende da síntese de Ferreira (2000), uma das mais significativas do período.

A redescoberta dos ricos no século 21

A virada do século fez evaporar o foco na “estabilidade inaceitável” (BARROS, HENRIQUES; MENDONÇA, 2000) da distribuição de renda brasileira. Nos estertores da década de 1990, a PNAD começou a mostrar queda na desigualdade de rendimentos individuais da população economicamente ativa (HOFFMANN, 2002a) e, a partir de 2001, houve redução no coeficiente de Gini da renda domiciliar per capita. O tema logo explodiu. Várias das contribuições mais importantes foram reunidas nos volumes editados por Barros, Foguel e Ulyssea (2006). Em

particular, Azevedo (2006) mostrou que já nos primeiros anos a diminuição do coeficiente de Gini era estatisticamente significativa e Barros, Cury e Ulyssea (2006) compararam a PNAD com outras fontes de dados e concluíram que a subestimação do nível da renda era semelhante ao longo da distribuição, não afetando, portanto, os indicadores de desigualdade.

Dessa forma, depois de décadas, a desigualdade de renda retornou ao centro do debate público, agora em tom positivo, dada a sua queda. As explicações também foram bem mais consensuais: a diminuição da heterogeneidade e a compressão dos retornos educacionais, os sucessivos aumentos reais do salário mínimo e a expansão de programas focalizados de transferência de renda foram apontados como os principais motores da mudança, que, segundo a PNAD, se prolongou durante toda a década (e.g., as revisões de LOPEZ-CALVA; ROCHA, 2012; SOUZA, 2016).

Em suma, em que pese a novidade empírica, a definição do problema e os termos da discussão não mudaram. Com a pobreza e a desigualdade em queda, a vertente dominante da literatura pouco se interessou pelo recorte a partir dos ricos. No entanto, com a expansão da pesquisa universitária e os avanços tecnológicos que facilitaram o acesso e a manipulação de dados, as análises empíricas sobre a distribuição de renda multiplicaram-se em inúmeras direções. Um nicho interdisciplinar que rapidamente se consolidou foi o das investigações empíricas sobre os ricos, as quais podem, para fins expositivos, ser classificadas em quatro tipos: perfis dos ricos, avaliações da concentração no topo ao longo do tempo e estudos sobre tributação.

Perfis dos ricos

Os perfis dos ricos, entendidos em sentido amplo, englobam contribuições que tentam responder a duas questões: “quem são

os ricos?” e “por que alguns indivíduos são ricos?”. Normalmente baseados em pesquisa domiciliares, esses trabalhos constituíram a principal vertente nos primeiros anos deste século, sendo efetivamente responsáveis por legitimar o campo de estudos sobre os ricos.

Nesse sentido, não causa surpresa que as análises fossem muitas vezes descritivas e baseadas em um único ponto no tempo. Assim, Ferreira (2001) usou a PNAD 1996 para traçar o perfil das elites e caracterizar seu padrão de recrutamento intergeracional. Já Campos et al. (2005) recorreram a múltiplas fontes para descrever a distribuição espacial e os padrões de consumo dos ricos. Hoffmann (2005), por sua vez, propôs como linha de riqueza o percentil na distribuição a partir do qual acréscimos marginais na renda elevam o coeficiente de Gini, obtido pela fórmula $(1 + G)/2$.

Os esforços mais influentes, no entanto, vieram com o livro e os artigos de Medeiros (2001, 2004a, 2004b, 2005a, 2005b, 2006), frutos de sua tese de doutorado, que partiu precisamente da pergunta “o que faz os ricos ricos?”. Medeiros fez três grandes contribuições: primeiro, ele não só adotou o foco explícito nos mais ricos como também dedicou-se a construir a legitimidade desse recorte. Não à toa, em 2005 a revista *Econômica* (v. 7, n. 1) reuniu economistas e sociólogos para debater a produção do autor. Mais do que isso, a maior prova de seu sucesso é que hoje os trabalhos sobre os ricos não precisam repetir o mesmo esforço de persuasão.

Sua justificativa cobriu duas frentes. Por um lado, Medeiros levou às últimas consequências lógicas a tese de Barros, Henriques e Mendonça (2000, p. 141), de que o Brasil “não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres”. Ora, argumentou Medeiros, se políticas redistributivas são essenciais para o combate à pobreza no curto e no médio prazo, e se a maior característica da desigualdade no Brasil é a

enorme concentração de renda no topo, então devemos olhar para a pobreza sob a ótica de um conflito distributivo persistente em que o outro polo é formado justamente pelos ricos. Afinal, dadas essas condições, a inversão do princípio do *leximin* implica a redistribuição a partir do topo. Por outro lado, Medeiros observou que a importância dos ricos é social, econômica e também política. Os ricos detêm poder, ou, melhor dizendo, são normalmente capazes de converter recursos econômicos em capital político, o que faz deles um dos grupos sociais com maior influência sobre os rumos do desenvolvimento nacional.

A segunda grande contribuição foi a elaboração de uma linha de riqueza intrinsecamente conectada a essas justificativas, vale dizer, uma linha que “delimita a riqueza acumulada necessária para a eliminação da pobreza extrema usando-se apenas a redução da desigualdade de renda” (MEDEIROS, 2005b, p. 105). Em outras palavras, a escolha é feita de modo que a renda agregada acima da linha de riqueza seja equivalente ao hiato agregado de pobreza (para uma dada linha de pobreza). Associada a essa linha, o autor propôs uma classe de indicadores de riqueza, construída por analogia aos indicadores de pobreza, tal como definidos por Foster, Greer e Thorbecke (1984).

Empiricamente, Medeiros recorreu à linha de pobreza equivalente ao percentil 33 da PNAD 1999, o que implicou uma linha de riqueza de R\$ 2,170 *per capita* – pouco menos de R\$ 7,000 em valores de 2017 –, classificando como ricos 0,9% da população (MEDEIROS, 2005b, 2006). Essa metodologia foi posteriormente aplicada em estudos de caso – e.g., para a Bahia (ALVES, 2003), Congo (DE HERDT; MARIVOET, 2011), Índia (MISHRA; JOE, 2010), Irã (BAGHERI; KAVAND, 2007) e Polônia (BRZEZINSKI, 2010) – e em comparações internacionais (PEICHL; SCHAEFER; SCHEICHER, 2010; TÖRMÄLEHTO, 2017).

Terceiro, Medeiros deu um passo além das análises descritivas e testou empiricamente hipóteses utilizadas para explicar (ou justificar) a alta desigualdade brasileira. Suas conclusões foram invariavelmente negativas: diferenças no tamanho e composição das famílias, operosidade dos trabalhadores, educação, sexo, raça e região não explicam satisfatoriamente as desigualdades entre ricos e não ricos. Na melhor das hipóteses, alguns quesitos – como a alta escolaridade – são condições necessárias, mas não suficientes para a obtenção de rendimentos tão elevados. Ou seja, seu trabalho mostrou que o diagnóstico convencional acerca da educação precisa, no mínimo, ser suplementado quando se fala dos mais ricos. Isso não é pouco, afinal, a desigualdade brasileira é tão alta justamente por causa desse estrato.

Não obstante essas contribuições, as análises de Medeiros não são imunes a críticas nem estão livres de lacunas. A crítica mais óbvia recai sobre os dados: definitivamente, a PNAD não é a melhor fonte para estudar os ricos. Entretanto, o autor reconheceu esse ponto (MEDEIROS, 2005a, p. 105-110) e, naquele momento, não havia alternativas. O que pode ser acrescentado é que a estratégia para obter uma amostra mais robusta para os ricos – “empilhar” as PNADs 1997, 1998 e 1999, como se fossem uma só – só resolve o problema em um contexto específico de ausência de crescimento e mudanças distributivas.

As críticas metodológicas a Medeiros são mais potentes. Peichl, Schaefer e Scheicher (2010) apontaram a inadequação do uso de medidas não padronizadas e sensíveis à escala e ofereceram alternativas. Atkinson e Brandolini (2013) e Ravallion (2010) observaram que, contraintuitivamente, o valor da linha de riqueza pode cair muito se houver aumento da pobreza (e vice-versa) e, no limite, ela pode inexistir em países pobres. Um ponto ainda não comentado é que a metodologia é útil para análises transversais e não

para comparações temporais, pois se trata, por definição, de uma linha relativa que não fornece um referencial constante ao longo do tempo. Independentemente da linha de pobreza adotada, nem o valor real da linha de riqueza nem o percentual de ricos é fixo ao longo do tempo, a não ser em situações específicas.

Por fim, o trabalho de Medeiros permite refutar hipóteses, sem explicar de fato por que os ricos são ricos. Nas palavras de Osorio (2005, p. 131), “a maior parte dos determinantes da condição de rico está no resíduo: tal condição é produzida por um conjunto de variáveis não observadas nas pesquisas”, algo prontamente reconhecido por Medeiros. Com isso, sobram especulações sobre as causas concretas do fenômeno. As possibilidades aludidas incluem contatos pessoais e redes de relacionamento, capital cultural, propriedade de empresas e patrimônio, transmissão intergeracional de privilégios, entre outras (MEDEIROS, 2005b; OSORIO, 2005; SCALON, 2005).

Nos últimos anos, mesmo sem respostas definitivas, os trabalhos nessa vertente escassearam. Contudo, alguns avanços foram obtidos. Medeiros e Galvão (2016) verificaram que, do ponto de vista individual, há enorme variação nas chances de pertencimento ao 1% mais rico de acordo com o curso de graduação concluído, só que, do ponto de vista agregado, a simulação da massificação de uma “educação de elite” não provoca muitas mudanças nas medidas de riqueza. Mais uma vez, os autores concluem que fatores não observados são mais importantes para explicar a diferença entre os ricos e o resto da população. Além disso, Lacerda Jr. (2013) e Rocha (2015) investigaram os efeitos da seletividade marital e das desigualdades raciais.

A concentração no topo ao longo do tempo

O estudo dos ricos no Brasil ganhou novo fôlego com a disponibilização, a partir

de 2014, de tabulações do IRPF desagregadas por faixas de renda, retomando uma prática tão antiga quanto intermitente. A partir daí, foram feitas estimativas inéditas para a concentração de renda no topo em curto e longo prazo.

A pergunta básica passou a ser “qual o grau e a tendência da concentração no topo?”, e não mais “por que alguns indivíduos são tão ricos?”, ainda que a ênfase descritiva da vertente anterior tenha sido mantida. Outra mudança foi a total despreocupação com definições teoricamente embasadas da linha de riqueza, em prol do uso pragmático de frações da população (o 1% mais rico etc.).

Em uma série de publicações, Medeiros, Souza e Castro combinaram as informações do IRPF de 2006 em diante com dados das contas nacionais para estimar a proporção abocanhada no topo do 0,1% aos 15% mais ricos da distribuição de renda individual entre adultos. Adicionalmente, os autores encadearam as distribuições de renda do IRPF e das pesquisas domiciliares e computaram valores “corrigidos” para o coeficiente de Gini dos rendimentos individuais dos adultos (MEDEIROS; SOUZA; CASTRO, 2015b, 2015a; SOUZA; MEDEIROS, 2015; SOUZA; MEDEIROS; CASTRO, 2015).

Na contramão das pesquisas domiciliares, essas estimativas apontaram que a concentração no topo tinha se mantido estável, e os coeficientes de Gini “corrigidos” indicavam uma redução apenas modesta ou nula, dependendo do método de ajuste. Além disso, o nível de ambos era maior do que o imaginado: enquanto o 1% mais rico dos adultos recebia menos de 15% da renda nas PNADs, nos dados tributários esse valor estava próximo de 25%. Essas conclusões mostram-se robustas para definições metodológicas alternativas (MEDEIROS; SOUZA, 2016; SILVA, 2015).

Esses achados inesperados foram a maior contribuição desses trabalhos, que trouxeram os ricos para o centro do debate sobre desigualdade

no país, posição reforçada quando Morgan (2017) aplicou ao Brasil a metodologia de contas nacionais distributivas de Piketty, Saez e Zucman (2018). Além de cobrir o período 2001-2015, essas estimativas diferem das anteriores porque, graças a pressupostos adicionais, atribuem às famílias toda a renda registrada nas contas nacionais, extrapolando o conceito de renda monetária utilizado pelo IRPF (correspondente a 65-70% da renda nacional). Essa renda remanescente imputada às famílias decorre de aluguéis imputados; renda de investimentos recebidos por seguradoras e fundos de pensão e ainda não repassada às famílias; lucros retidos pelas empresas, entre outros.

Apesar das diferenças metodológicas, os resultados de Morgan confirmaram mais uma vez as conclusões já conhecidas. Embora os níveis de desigualdade e concentração sejam um pouco mais altos, sua evolução ao longo do tempo apresenta a mesma estabilidade dos estudos anteriores.

As causas específicas da divergência entre pesquisas domiciliares e dados tributários ainda não estão totalmente claras, mas há bons suspeitos. Tudo indica que (1) o mercado de trabalho de fato se tornou menos desigual; (2) houve redistribuição dos estratos intermediários para os mais pobres; e (3) o que assegurou a estabilidade no topo foram os rendimentos e sobretudo os ganhos de capital.

As análises de longo prazo apareceram concomitantemente à discussão sobre o passado recente, e se beneficiaram muito da pesquisa de Nóbrega (2014) sobre a evolução do IRPF no Brasil. A primeira série foi a de Souza (2014), que estimou a fração da renda recebida pelos mais ricos para 57 anos, entre 1933 e 2012. Souza e Medeiros (2015) estenderam a série histórica para 66 anos, de 1928 a 2012, e Morgan (2015) calculou de forma independente valores para 61 anos entre 1933 e 2013.

Depois, Souza (2016) apresentou números para 69 anos, entre 1926 e 2013,

posteriormente atualizados para 2015 (Id., 2017), inovando ao calcular a fração total de fato recebida pelos ricos, uma vez que os esforços anteriores reportaram apenas resultados para o rendimento bruto tributável até 1973, desconsiderando assim os rendimentos isentos e/ou tributados exclusivamente na fonte. A omissão explica-se pela ausência de informações diretas sobre esses rendimentos, contornada por meio de técnicas de imputação simples, porém robustas. Outra contribuição foi estimar coeficientes de Gini “corrigidos” pelos dados tributários para as PNADs de 1976 a 2015 e para os censos de 1960 em diante.

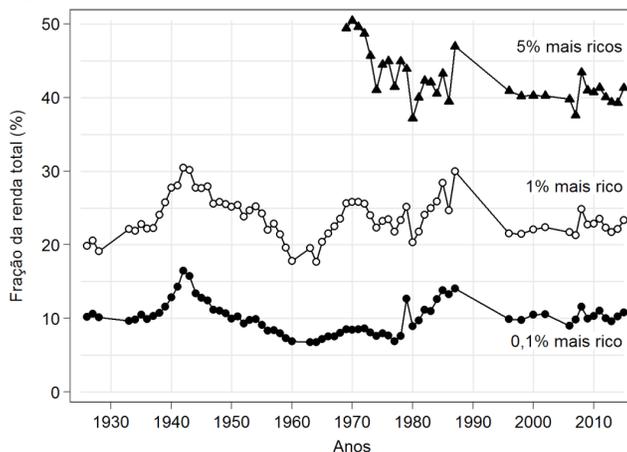
Grosso modo, os resultados desses trabalhos são substantivamente parecidos e podem ser resumidos em alguns fatos estilizados. Para facilitar a exposição, as Figuras 1 e 2 reproduzem as estimativas de Souza (2017) para a concentração no topo e para o Gini “corrigido”, respectivamente.

Em resumo, a concentração do topo flutua em torno de um patamar elevado para

padrões internacionais, sem tendência secular de aumento ou diminuição, evoluindo em ondas que coincidem com momentos críticos da história política brasileira. Essa trajetória é semelhante à da Argentina até os anos 1960 e muito diferente da observada em boa parte dos países ricos, onde a concentração no topo despencou abruptamente entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Desde os anos 1970, ela voltou a aumentar em países anglófonos: hoje os Estados Unidos estão próximos do padrão brasileiro.

Já os Ginis corrigidos contam uma história um pouco diferente. A prolongada queda da desigualdade vista nos dados originais permanece visível, ainda que com magnitude bem menor. Na Figura 2, o Gini corrigido pela metodologia de combinação de estimativas cai 6% entre 2002 e 2015, contra uma redução de 13% nos dados originais. Para a metodologia de combinação direta de fontes de dados distintas, usada por Medeiros et al. (2015b), os resultados são ainda mais pessimistas, como visto.

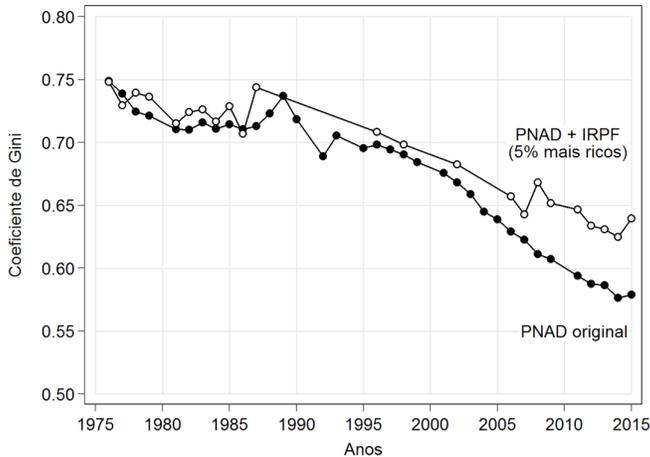
Figura 1
Fração da renda recebida pelos mais ricos – Brasil, 1926-2015



N.B.: distribuição de rendimentos monetários individuais entre adultos. Não há informações suficientes para estimar a fração dos 5% mais ricos antes de 1969. Os números para 1997 foram omitidos por mostrarem um pico artificial.

Fonte: Souza (2017)

Figura 2
Coefficiente de Gini observado na PNAD e corrigido por informações tributárias – Brasil, 1976-2015



N.B.: distribuição de rendimentos monetários individuais entre adultos. A série corrigida aumenta a fração da renda dos 5% mais ricos na PNAD para coincidir com as estimativas com base no IRPF. Os números para 1997 foram omitidos por mostrarem um pico artificial.

Fonte: Souza (2017).

Os resultados para a concentração entre os ricos não se encaixam nos moldes da curva de Kuznets nem em suas reformulações contemporâneas. A interpretação político-institucional de Souza (2016, 2017) vinculou a trajetória vista na Figura 1 à história política do Brasil, esboçando uma hipótese geral: as mudanças no topo ocorrem principalmente em momentos de crise institucional porque o *quid pro quo* típico de regimes democráticos modernos favorece um jogo de soma zero em que os ricos conseguem minimizar ou reverter perdas, muitas vezes por vias pouco visíveis aos olhos do público. Essa estabilidade tende a se romper apenas quando não é possível continuar com o toma lá dá cá de sempre: crises tipicamente dão poder temporário para certos grupos ditarem reformas abrangentes que podem resultar em maior ou menor desigualdade. A hipótese, no entanto, carece de maior precisão para que possa ser efetivamente avaliada. Não é claro, por exemplo, se o

mal-estar americano que precedeu a guinada reaganista pode ser classificado como uma crise institucional semelhante às rupturas brasileiras.

Finalmente, Souza (2016, 2017) viu em seus números evidências parcialmente favoráveis à hipótese revisionista de Williamson (2015) acerca das origens da alta desigualdade latino-americana. Contra a sabedoria convencional, que vê na herança colonial a raiz do problema, Williamson defende que muitos países ricos eram igualmente desiguais até o início do século XX e que a divergência só ocorreu porque os países latino-americanos perderam o “grande nivelamento” posterior.

A maior lacuna dessa literatura diz respeito à formulação e ao teste empírico de hipóteses causais. As análises de curto prazo pecam por sua hesitação em ir além da descrição. Mas é fácil construir hipóteses plausíveis; difícil é achar estratégias para avaliá-las. Continuamos sem nada saber, por exemplo, sobre os efeitos sobre o topo na última década do boom

imobiliário, da bonança do mercado acionário e de supostas políticas regressivas (e.g.: a política de “campeãs nacionais”). As análises de longo prazo se mostraram mais ousadas na formulação de hipóteses, mas esbarraram na mesma dificuldade em testá-las, o que lhes dá um caráter mais alusivo do que conclusivo.

A escassez de informações é o grande obstáculo a ser transposto. Nenhuma solução criativa foi encontrada ainda. No limite, os dados públicos são insuficientes até para a descrição dos fenômenos. Por exemplo, os rendimentos de capital permanecem opacos nas tabulações do IRPF, porque não dá para diferenciar os lucros *de facto* da “transmutação do trabalho em capital” (AFONSO, 2014) para fins de elisão fiscal.

Outra questão crítica para as análises de curto e de longo prazo é que as metodologias para combinar dados tributários e pesquisas domiciliares ainda são incipientes no Brasil e no mundo. O cenário ideal preservaria as maiores qualidades de cada fonte: em um caso, a fidedignidade dos dados de renda; no outro, a riqueza de informações individuais e familiares. O método de Medeiros, Galvão e Nazareno (2016), que repondera os pesos amostrais do Censo Demográfico, é uma inovação importante, mas que ainda não foi muito utilizada e carece de maiores esforços de validação.

Para terminar, há duas outras lacunas nas análises de longo prazo que não devem ser desconsideradas. Primeiro, a despeito da robustez dos resultados e dos bons argumentos a favor da comparabilidade da série, empreitadas desse tipo sempre despertam preocupações incontornáveis quanto à confiabilidade dos dados, em especial nas décadas mais antigas. Seria muito útil se os resultados fossem validados ou complementados com informações de outras fontes.

Segundo, em termos interpretativos, pouco foi dito sobre a relação entre estrutura econômica e ambiente político-institucional.

Até aqui, a ênfase recaiu quase exclusivamente sobre esse último, faltando um trabalho de fôlego que articule a modernização econômica à concentração de renda, pelo menos para mostrar como e por que esses processos não imprimiram sua marca sobre o topo da distribuição de renda.

Estudos sobre tributação

As pesquisas sobre tributação no Brasil proliferaram no século XXI tão rápido quanto os trabalhos sobre os ricos, e provavelmente em função dos mesmos fatores. Afinal, se estudos focados no gasto público sempre resvalam, ao menos tacitamente, no debate sobre pobreza, os estudos sobre tributação quase sempre respingam sobre os ricos, especialmente quando abordam a tributação direta.

Nos últimos anos, as duas literaturas aproximaram-se ainda mais, como se vê no volume organizado por Afonso et al. (2017). O breve debate entre Rocha (2002) e Hoffmann (2002b) resolveu-se a favor do segundo, que argumentou em prol do potencial redistributivo do IRPF. O crescente uso de fontes de dados alternativas às PNADs e a maior visibilidade da concentração no topo engendraram um consenso razoável sobre a desejabilidade de um sistema tributário mais progressivo, especialmente em um contexto de severas restrições fiscais.

A maior parte dos estudos dedicou-se a avaliar os efeitos distributivos da tributação nas pesquisas domiciliares, ocasionalmente suplementando as análises com simulações de reformas. Por coletar melhores informações, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) foi a principal fonte de dados, embora a PNAD também tenha sido usada. Por exemplo, Rocha (2002), Hoffmann (2002b) e Soares et al. (2010) debruçaram-se especificamente sobre o IRPF; Carvalho Jr. (2010) analisou o Imposto Territorial Predial Urbano

(IPTU); Payeras (2008, 2010) examinou diversos componentes da carga tributária; e Silveira (2008, 2010), Medeiros e Souza (2013) e Higgins e Pereira (2014) avaliaram simultaneamente tributos e despesas públicas.

Boa parte desses trabalhos segue os mesmos procedimentos, recorrendo a dados coletados ou imputados para avaliar o efeito distributivo do IRPF a partir de comparações estáticas do tipo antes-e-depois (e.g.: cálculo de medidas de desigualdade “antes” e “depois” do pagamento), de decomposições do coeficiente de Gini ou de construção de indicadores de progressividade. As variações metodológicas que diferenciam cada um abrangem, por exemplo, a imputação do IRPF nas PNADs entre 1981 e 1999 (ROCHA, 2002), a imputação de tributos indiretos na POF (PAYERAS, 2008, 2010; SILVEIRA, 2008, 2010), o uso da diferença entre valores imputados e declarados do IRPF na POF como *proxy* de evasão ou elisão fiscal (SOARES et al., 2010), e assim por diante.

Recentemente, as investigações tornaram-se ainda mais sofisticadas. Higgins et al. (2016) usaram pesquisas domiciliares para comparar o perfil distributivo de despesas e tributos no Brasil e nos Estados Unidos – incluindo a imputação de gastos com saúde e educação e tributos sobre a folha de pagamento e Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, entre outros. A análise propriamente dita seguiu os moldes anteriores, contrastando o coeficiente de Gini nos dois países para diversos conceitos de renda, abrangendo desde a renda bruta de mercado (*market income*) até a renda final (*final income*), que leva em conta transferências, tributos e serviços públicos.

Morgan (2015), Souza (2016) e, principalmente, Castro e Bugarin (2017) avaliaram

a progressividade do IRPF usando dados fiscais. Castro e Bugarin complementaram dados tributários de 2006 a 2012 com informações da PNAD para obter a distribuição completa, desagregaram o IRPF de acordo com sua incidência (capital ou trabalho) e calcularam uma série de indicadores de progressividade (e.g., índices de Kakwani e de Suits) e de efeitos redistributivos (e.g., índices de Reynolds-Smolensky e Musgrave-Thin), além de decompor a progressividade do IRPF sobre o trabalho em efeito-base e efeito-alíquota⁶.

Castro (2014), Fernandes (2016) e Gobetti e Orair (2017) acrescentaram às análises distributivas simulações de reformas no IRPF, muitas vezes combinando dados tributários com pesquisas domiciliares. Os autores deram atenção particular à isenção tributária concedida aos lucros e dividendos, e suas análises abarcaram comparações internacionais. Torres (2003), por sua vez, foi um dos poucos a aplicar modelos de tributação ótima para o Brasil.

Por motivos de espaço, é impossível comentar detalhadamente as conclusões de cada trabalho. Felizmente, há muitos pontos em comum nessas contribuições. Primeiro, há concordância de que é preciso mudar a composição da carga tributária para combater a concentração no topo e a desigualdade de modo geral. Ou seja, o problema não é necessariamente aumentar ou reduzir a carga tributária: do ponto de vista distributivo, poderíamos manter a arrecadação total constante e implementar uma reforma que cortasse tributos indiretos e elevasse os tributos diretos na mesma proporção. O Brasil, como muitos países de renda média, depende demais de tributos sobre o consumo e afins, que são por natureza neutros ou levemente regressivos, enquanto nos países ricos os tributos sobre

6 O “efeito-base” relaciona-se à abrangência da base de cálculo do imposto, ou seja, no caso brasileiro, à renda bruta tributável menos as deduções legais. O “efeito-alíquota” diz respeito à estrutura de alíquotas aplicada a essa renda tributável líquida.

renda e patrimônio têm peso muito maior no financiamento do gasto público.

Os resultados empíricos apontam que o IRPF como um todo é progressivo, com qualificações importantes. Por um lado, seu efeito redistributivo é pequeno porque o tamanho do imposto em relação à renda total é pequeno. Por outro, o IRPF perde progressividade quando ficamos próximos do topo da distribuição, isto é, as alíquotas efetivas pagas pelos muito ricos costumam ser menores do que a dos estratos inferiores.

Diante disso, muitos autores consideram que a prioridade deve ser alargar a sua base de cálculo, reintroduzindo a cobrança sobre lucros e dividendos e outras medidas para tornar a tributação de rendimentos do capital e dos frutos da atividade empresarial mais semelhante à tributação dos salários (ver também Afonso, 2014). Ao mesmo tempo, o imposto de renda sobre pessoas jurídicas poderia ser reduzido e simplificado.

Outras sugestões são a redução dos limites de isenção e o aumento do número de alíquotas com a criação de alíquotas marginais mais altas. Soares et al. (2010) sugeriram a alíquota máxima de 45% para levar o Brasil ao patamar de países parecidos conosco. Torres (2003) concluiu que, respeitados certos pressupostos, a alíquota marginal máxima para a renda do trabalho poderia ser de 41,5%. Por fim, alguns insistem que há espaço para aumentar a arrecadação e melhorar o efeito redistributivo do IRPF pela limitação das deduções.

Analogamente, os tributos sobre o patrimônio podem ser expandidos e aperfeiçoados. O IPTU, por exemplo, tem baixa arrecadação – segundo a Receita Federal, ela é menor do que a do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) – e, de acordo com a POE, é regressivo entre os contribuintes de fato, tornando-se progressivo no cômputo geral somente em função da sua baixa abrangência entre os mais pobres. Isso ocorre a despeito da

alta concentração da riqueza imobiliária, e se explica pela persistência de “sistemas avaliatórios antigos e deficientes que, em geral, privilegiam a edificação no lugar da localização do imóvel” (CARVALHO JR., 2010, p. 281).

Em suma, os estudos sobre tributação contribuem para o debate sobre a concentração no topo tanto por aprimorarem a caracterização dos ricos quanto por oferecerem instrumentos que podem ser aplicados já no curto prazo. Como se pode depreender da discussão, os obstáculos atuais são mais políticos do que técnicos ou acadêmicos. Infelizmente, até agora a literatura dedicou-se pouco a estudar esse gargalo, gerando uma lacuna considerável.

De todo modo, cabe reiterar que a maior progressividade tributária por si só não é uma panaceia e não vai resolver de forma rápida e indolor o problema distributivo brasileiro. Isso não significa que devemos desprezar seu potencial, mas apenas calibrar a expectativa. Do ponto de vista técnico, a progressividade tributária é provavelmente a medida com melhor custo-benefício para combater a desigualdade.

Conclusão

Poucos contestam que o Brasil tem uma longa tradição de pesquisa empírica sobre desigualdade de renda e pobreza. O que nem sempre é reconhecido é que também possuímos uma sólida produção sobre o topo da distribuição de renda. Nos últimos anos, essa linha de pesquisa amadureceu e ganhou proporções inéditas, assumindo inclusive o recorte explícito sobre os ricos. É tentador, porém equivocado, tratar esses desdobramentos como consequência mecânica da própria desigualdade brasileira, que, afinal, é marcada pela concentração de renda no topo. A conjuntura socioeconômica, os enquadramentos teóricos, a disponibilidade de dados e os rumos da produção internacional sempre influenciam os debates acadêmicos.

Basta ver as diferenças de tratamento do tema ao longo do tempo. Durante a controvérsia dos anos 1970, foram principalmente os pesquisadores críticos à ditadura que destacaram os ganhos desproporcionais dos ricos, em uma querela que terminou sem consenso e que, em última instância, teve como vencedora a abordagem benigna, com foco na educação, promovida por Langoni, muito mais agradável para a ditadura. Nas décadas seguintes, o interesse pelos ricos refluuiu, exceto por menções esporádicas e trabalhos isolados.

A maré virou. Desde os primeiros anos do século XXI, esforços coletivos de dezenas de pesquisadores deram visibilidade e legitimidade ao tema. As perguntas de pesquisa variaram muito, compartilhando apenas a ideia de que a chave para o entendimento da persistente desigualdade brasileira está mais no topo do que na parte de baixo da distribuição. Uns se perguntaram quem, afinal, são esses ricos; outros quiseram saber quais os determinantes individuais de pertencimento a esse estrato exclusivo; um terceiro grupo se pôs a investigar o nível e a evolução da concentração no topo em curto e longo prazo; outros ainda abordaram o assunto a partir do viés da tributação; e assim por diante.

Em conjunto, essa literatura realizou pelo menos cinco grandes contribuições para o estudo da estratificação social no Brasil. Em primeiro lugar, esses estudos conseguiram estabelecer de forma persuasiva, com base em argumentos teóricos e empíricos, que é impossível compreender o nível e a dinâmica da desigualdade de renda brasileira sem dar atenção especial ao que ocorre no topo da distribuição. Como evidenciam os resultados nacionais e as comparações internacionais, tamanha concentração de recursos econômicos e poder nas mãos de uma pequena minoria afasta radicalmente o Brasil do padrão dos países desenvolvidos – com exceção dos Estados Unidos, e mesmo assim só nos últimos anos.

Segundo, os estudos específicos sobre os ricos mostraram que as hipóteses usuais para explicar a desigualdade de renda como um todo – notadamente os diferenciais educacionais, para não falar de aspectos demográficos – são, na melhor das hipóteses, insuficientes para explicar a concentração de renda no topo. A alta escolaridade é muito mais um pré-requisito do que uma garantia.

Terceiro, as evidências empíricas ensinaram uma reavaliação menos eufórica das mudanças ocorridas nas últimas duas décadas. Graças à disponibilidade de dados tributários, vários estudos concluíram que a concentração no topo no Brasil é muito mais alta do que achávamos e, pior, quase não mudou no passado recente, pelo menos para conceitos de renda mais abrangentes. Por tabela, os coeficientes de Gini “corrigidos” por esses resultados diferem das estimativas observadas em pesquisas domiciliares, apontando quedas bem mais modestas da desigualdade como um todo.

Quarto, essa literatura produziu séries históricas inéditas de longo prazo sobre a concentração no topo e a desigualdade no Brasil, cobrindo inclusive um período bem anterior à existência de pesquisas domiciliares. As melhores estimativas sugerem que não houve nenhuma tendência secular de aumento ou queda da fração recebida pelos mais ricos, e sim uma trajetória em ondas cujos pontos de inflexão coincidem surpreendentemente com momentos críticos da história político-institucional do Brasil nos últimos cem anos.

Quinto, os estudos sobre tributação avançaram muito no debate sobre como tornar nosso sistema tributário mais progressivo. Para além do mérito acadêmico, essa discussão é inestimável porque a tributação é intuitivamente a ferramenta disponível mais apropriada para redistribuir renda a partir do topo no curto prazo. Um número expressivo de pesquisadores parece concordar que há muitos frutos fáceis de colher se conseguirmos superar as barreiras políticas.

Bastaria tornar a composição da carga tributária mais dependente de tributos diretos e reformar e expandir o IRPF e o IPTU, entre outros.

Como sói acontecer, essas contribuições estão entremeadas por lacunas significativas, compartilhadas em boa parte com a produção internacional, diga-se de passagem. Do ponto de vista metodológico, a escassez de dados e informações é um problema crônico. Ao contrário de muitos países, a comunidade acadêmica brasileira ainda não tem acesso a microdados (anonimizados ou não) do IRPF – apenas pesquisadores da própria Receita Federal obtiveram autorização para isso, em circunstâncias muito específicas.

Além disso, há necessidade de aprimoramentos em diversas frentes. Para citar apenas um caso, a integração e harmonização entre registros administrativos – sobretudo dados tributários – e pesquisas domiciliares ainda está engatinhando no Brasil e no mundo. Não sabemos até que ponto é possível melhorar os *surveys* nem qual a melhor forma de conciliar as informações disponíveis.

Do ponto de vista substantivo, a conclusão inevitável é que os estudos sobre os ricos tiveram muito mais sucesso na descrição dos fenômenos do que na sua explicação causal baseada em testes formais rigorosos. Os esforços interpretativos destacaram o aspecto institucional e a ação do Estado, imputando determinados efeitos distributivos a muitas políticas, sem, entretanto, avaliá-las empiricamente.

O problema a ser contornado, é claro, é a falta de informações, o que exigirá soluções criativas. Aliás, algo parecido pode ser dito acerca dos determinantes não observados que potencialmente explicam por que alguns indivíduos estão no topo e outros não. Finalmente, talvez seja o momento propício para complementar o viés institucional das interpretações com um olhar mais direcionado à estrutura econômica e aos processos de acumulação e transmissão do capital.

Em resumo, tanto por suas contribuições recentes quanto por aquilo que ainda falta saber, pode-se apostar com segurança que dificilmente os ricos sairão de pauta tão cedo.

Referências

- AFONSO, J. R. Imposto de renda e distribuição de renda e riqueza: as estatísticas fiscais e um debate premente no Brasil. *Revista de Estudos Tributários e Aduaneiros*, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 28-60, 2014.
- AFONSO, J. R. et al. (Eds.) *Tributação e desigualdade*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- ALBUQUERQUE, P. M. *Um estudo da população de altos rendimentos no Brasil nos anos recentes*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1994. (Série Seminários, 10).
- ALMEIDA, A. M. F. O assalto à educação pelos economistas. *Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 163-178, 2008.
- ALVES, L. A. Definindo os ricos a partir dos pobres: um breve estudo da desigualdade e pobreza na Bahia. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 113, p. 27-30, 2003.
- ATKINSON, A. B.; BRANDOLINI, A. On the identification of the “middle class”. In: GORNICK, J.; JANTTI, M. (Eds.). *Income inequality: economic disparities and the middle class in affluent countries*. Stanford: Stanford University Press, 2013.

- ATKINSON, A. B.; PIKETTY, T.; SAEZ, E. Top incomes in the long run of history. *Journal of Economic Literature*, Pittsburgh, v. 49, n. 1, p. 3-71, 2011.
- AZEVEDO, J. P. Avaliando a significância estatística da queda da desigualdade no Brasil. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; Ulyssea, G. (Eds.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente* Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2006. v. 1. p. 163-173.
- BACHA, E.; TAYLOR, L. Brazilian income distribution in the 1960s: “facts”, model results and the controversy. *Journal of Development Studies*, Abingdon-on-Thames, v. 14, n. 3, p. 271-297, 1978.
- BAGHERI, F.; KAVAND, H. Affluence line estimation for Iranian households. *Social Welfare Quarterly*, Tehran, v. 6, n. 24, p. 177-189, 2007.
- BAIRD, E.; FINE, S. The use of income tax data in the national resources committee estimate of the distribution of income by size. In: NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH (Ed.). *Studies in income and wealth*. New York: National Bureau of Economic Research, 1939. v. 3, p. 149-203.
- BARBOSA, R. J. *A educação e a desigualdade da renda do trabalho: um enfoque sociológico*. 2017. 279 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- BARROS, R. P.; CURY, S.; ULYSSEA, G. A desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma análise comparativa usando PNAD, POF e Contas Nacionais. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Eds.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2006. v. 1.
- BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Eds.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2006. 2 v.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-142, 2000.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das últimas três décadas: 1960/1990. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 115-164, 1995a.
- _____. *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1995b. (Texto para Discussão, 377).
- BARROS, R. P.; RAMOS, L. *A note on the temporal evolution of the relationship between wages and education among Brazilian prime-age males: 1976-1989*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1992. (Texto para Discussão, 279).
- BONELLI, R.; RAMOS, L. Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 76-97, 1993.
- BONELLI, R.; SEDLACEK, G. *Distribuição de renda: evolução no último quarto de século*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1988. (Texto para Discussão, 145).

- BRZEZINSKI, M. Income affluence in Poland. *Social Indicators Research*, New York, v. 99, n. 2, p. 285-299, 2010.
- CAMPOS, A. G. et al. (Eds.). *Os ricos no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- CANBERRA GROUP. *Handbook on household income statistics*. 2nd ed. Geneva: United Nations, 2011.
- CARDOSO, F. H. Prefácio. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Eds.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- CARVALHO JR, P. H. B. Aspectos distributivos do IPTU e do patrimônio imobiliário das famílias brasileiras. In: CASTRO, J. A.; SANTOS, C. H.; RIBEIRO, J. A. C. (Eds.). *Tributação e equidade no Brasil: um registro da reflexão do Ipea no biênio 2008-2009*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010.
- CASTRO, F. A. *Imposto de renda da pessoa física: comparações internacionais, medidas de progressividade e redistribuição*. 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.
- CASTRO, F. A.; BUGARIN, M. S. A progressividade do imposto de renda da pessoa física no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 259-293, 2017.
- DE HERDT, T.; MARIVOET, W. Capabilities in place: locating poverty and affluence in Kinshasa (Democratic Republic of the Congo). *Journal of Human Development and Capabilities*, Abingdon, v. 12, n. 2, p. 235-256, 2011.
- FERNANDES, R. C. *Sistema tributário e desigualdade: uma análise do impacto distributivo do imposto de renda no Brasil*. 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- FERREIRA, F. H. G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, R. (Ed.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2000.
- FERREIRA, M. C. Permeável, ma non troppo?: a mobilidade social em setores de elite, Brasil, 1996. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 141-160, 2001.
- FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. *The American Economic Review*, Nashville, v. 62, n. 1-2, p. 391-402, 1972.
- FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. *Econometrica*, New Haven, v. 52, n. 3, p. 761-766, 1984.
- GIBBON, V. Distribuição de renda e mobilidade social: a experiência brasileira. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 325-372, 1979.
- GOBETTI, S. W.; ORAIR, R. O. Taxation and distribution of income in Brazil: new evidence from personal income tax data. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 267-286, 2017.
- GONÇALVES, R. *Imposto sobre a renda das pessoas físicas 1966/1975: um estudo de progressividade*. 1976. 135 f. Tese (Doutorado) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 1976.

- GOTTSCHALK, P.; SMEEDING, T. Empirical evidence on income inequality in industrialized countries. In: ATKINSON, A. B.; BOURGUIGNON, F. (Eds.). *Handbook of income distribution*. Amsterdam: Elsevier Science, 2000.
- HIGGINS, S. et al. Comparing the incidence of taxes and social spending in Brazil and the United States. *Review of Income and Wealth*, v. 62, n. S1, p. 1-25, 2016.
- HIGGINS, S.; PEREIRA, C. The effects of Brazil's taxation and social spending on the distribution of household income. *Public Finance Review*, Thousand Oaks, v. 42, n. 3, p. 346-367, 2014.
- HOFFMANN, R. Considerações sobre a evolução recente da distribuição da renda no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 7-17, 1973.
- _____. A subdeclaração dos rendimentos. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 50-54, 1988.
- _____. A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 19, p. 213-235, 2002a.
- _____. Efeito potencial do imposto de renda na desigualdade. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 107-113, 2002b.
- _____. Distribuição da renda no Brasil: mudanças de 2002 para 2003 e a delimitação dos relativamente ricos. *Econômica*, Niterói, v. 7, n. 1, p. 77-95, 2005.
- HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. A distribuição da renda no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 46-66, 1972.
- JALLADE, J. P. Educação de primeiro grau e desigualdade de renda no Brasil: perspectivas a longo prazo. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 561-598, 1978.
- KENNICKELL, A. B. Getting to the top: reaching wealthy respondents in the SCF. *Statistical Journal of the IAOS*, Lansdale, v. 33, n. 1, p. 113-123, 2017.
- KINGSTON, J. A desigualdade na distribuição de rendas. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 7-89, 1952.
- KINGSTON, J.; KINGSTON, L. S. A distribuição da renda no Brasil, 1960-1970. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 241-256, 1972.
- LACERDA JR., R. *Efeito do compartilhamento de recursos através do casamento sobre a determinação da riqueza no Brasil*. 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.
- LAM, D.; LEVISON, D. Idade, experiência, escolaridade e diferenciais de renda: Estados Unidos e Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 219-256, 1990.

- _____. Declining inequality in schooling in Brazil and its effects on inequality in earnings. *Journal of Development Economics*, Amsterdam, v. 37, n. 1-2, p. 199-225, 1992.
- LANGONI, C. G. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- LLUCH, C. Sobre medições de renda a partir dos censos e das contas nacionais do Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 133-148, 1982.
- LOPES, J. S. L. Sobre o debate da distribuição da renda: leitura crítica de um artigo de Fishlow. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 47-61, 1973.
- LOPEZ-CALVA, L. F.; ROCHA, S. *Exiting Belindia? Lesson from the recent decline in income inequality in Brazil*. Washington, DC: World Bank, 2012.
- MEDEIROS, M. *A construção de uma linha de riqueza a partir da linha de pobreza*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001. (Texto para Discussão, 812).
- _____. As teorias de estratificação da sociedade e o estudo dos ricos. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 57, p. 69-89, 2004a.
- _____. Estrutura familiar e rendimentos do trabalho dos ricos. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 47, p. 365-382, 2004b.
- _____. O estudo dos ricos no Brasil. *Econômica*, Niterói, v. 7, n. 1, p. 99-128, 2005a.
- _____. *O que faz os ricos ricos*. São Paulo: Anpocs; Hucitec, 2005b.
- _____. The rich and the poor: the construction of an affluence line from the poverty line. *Social Indicators Research*, New York, v. 78, n. 1, p. 1-18, 2006.
- MEDEIROS, M.; GALVÃO, J. C. Educação e rendimentos dos ricos no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, p. 357-383, 2016.
- MEDEIROS, M.; GALVÃO, J. C.; NAZARENO, L. A. Correcting the underestimation of top incomes: combining data from income tax reports and the Brazilian 2010 Census. *Social Indicators Research*, New York, v. 135, n. 1, p. 233-244, 2016.
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F. Estado e desigualdade de renda no Brasil: fluxos de rendimentos e estratificação social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 83, p. 141-150, 2013.
- _____. A estabilidade da desigualdade no Brasil entre 2006 e 2012: resultados adicionais. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 7-31, 2016.
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. A. O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 7-36, 2015a.

- _____. The stability of income inequality in Brazil, 2006-2012: an estimate using income tax data and household surveys. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 4, p. 971-986, 2015b.
- MISHRA, U. S.; JOE, W. Defining poor to defining rich: gauging the middle class in India. *Economics Bulletin*, Champaign-Urbana, v. 30, n. 4, p. 321-332, 2010.
- MORGAN, M. *Income concentration in a context of late development: an investigation of top incomes in Brazil using tax records, 1933-2013*. 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Paris School of Economics, Paris, 2015.
- _____. *Extreme and persistent inequality: new evidence for Brazil combining national accounts, surveys and fiscal data, 2001-2015*. Paris: Paris School of Economics, 2017. (WID.World Working Paper, 2017/12).
- MORTARA, G. Dados e observações sobre a distribuição das rendas das pessoas físicas contribuintes do imposto de renda no Brasil". *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 38, p. 197-222, 1949a.
- _____. Representação analítica das distribuições dos contribuintes e das respectivas rendas líquidas determinadas para a aplicação do imposto de renda, em função do valor da renda líquida. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 7-34, 1949b.
- NÓBREGA, C. B. *História do imposto de renda no Brasil: um enfoque da pessoa física (1922-2013)*. Brasília, DF: Secretaria da Receita Federal, 2014.
- OSORIO, R. G. Berço de ouro: a mobilidade social dos ricos brasileiros. *Econômica*, Niterói, v. 7, n. 1, p. 129-135, 2005.
- PAYERAS, J. A. P. *A carga tributária no Brasil e sua distribuição*. 2008. 139 f. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.
- _____. Análise da progressividade da carga tributária sobre a população brasileira. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 153-186, 2010.
- PEICHL, A.; SCHAEFER, T.; SCHEICHER, C. Measuring richness and poverty: a micro data application to Europe and Germany. *Review of Income and Wealth*, Hoboken, v. 56, n. 3, p. 597-619, 2010.
- PIKETTY, T.; SAEZ, E.; ZUCMAN, G. Distributional national accounts: methods and estimates for the United States. *The Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, MA, v. 3, n. 3, p. 553-609, 2018.
- RAVALLION, M. Do poorer countries have less capacity for redistribution? *Journal of Globalization and Development*, New York, v. 1, n. 2, p. 1-29, 2010.
- REIS, J. G. A.; BARROS, R. P. Desigualdade salarial e distribuição de educação: a evolução das diferenças regionais no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, 415-478, 1990.
- ROCHA, E. F. *O negro no mundo dos ricos: um estudo sobre a disparidade racial de riqueza no Brasil com os dados do Censo Demográfico de 2010*. 2015. 188 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

- ROCHA, S. O impacto distributivo do imposto de renda sobre a desigualdade de renda das famílias. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 73-105, 2002.
- SCALON, C. Comentário sobre o texto de Marcelo Medeiros: “Entendendo a riqueza para combater a pobreza”. *Econômica*, Niterói, v. 7, n. 1, p. 137-141, 2005.
- SILVA, T. T. *A estabilidade da desigualdade no Brasil: os novos dados do topo da distribuição de renda*. 2015. 46 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.
- SILVEIRA, F. G. *Tributação, previdência e assistência sociais: impactos distributivos*. 2008. 149 p. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, Campinas, 2008.
- _____. Tributação, previdência e assistência sociais: impactos distributivos. In: CASTRO, J.A.; SANTOS, C. H.; RIBEIRO, J. A. C. (Eds.). *Tributação e equidade no Brasil: um registro da reflexão do Ipea no biênio 2008-2009*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010.
- SIMONSEN, M. H. *Brasil 2002*. Rio de Janeiro: Apec; Bloch, 1972.
- SOARES, S. S. D. et al. O potencial distributivo do imposto de renda da pessoa física (IRPF). In: CASTRO, J. A.; SANTOS, C. H.; RIBEIRO, J. A. C. (Eds.). *Tributação e equidade no Brasil: um registro da reflexão do Ipea no biênio 2008-2009*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010.
- SOUZA, P. H. G. F. Top incomes in Brazil, 1933-2012: a research note. *Social Science Research Network*. Rochester, 2014. Disponível em <<https://bit.ly/2IMfvtG>>. Acesso em: 16 maio 2018. (SSRN Working Paper)
- _____. *A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. 2016. 377 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.
- _____. A history of inequality: top incomes in Brazil, 1926/2014. *SocArXiv Papers*, Santa Barbara, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2k0Y8aF>>. Acesso em: 16 maio 2018. (SocArxiv Working Paper)
- SOUZA, P. H. G. F.; MEDEIROS, M. Top income shares and inequality in Brazil, 1928-2012. *Sociologies in Dialogue*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 119-132, 2015.
- SOUZA, P. H. G. F.; MEDEIROS, M.; CASTRO, F. A. Top incomes in Brazil: preliminary results. *Economics Bulletin*, Nashville, v. 35, n. 2, p. 998-1004, 2015.
- TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Eds.) *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- TÖRMÄLEHTO, V.-M. High incomes and affluence: evidence from EU-SILC. In: ATKINSON, A. B.; GUIO, A.-C.; MARLIER, E. (Eds.). *Monitoring social inclusion in Europe 2017*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2017.

TORRES, A. M. *Modelos de tributação ótima da renda: o cálculo de alíquotas marginais assintóticas para o Brasil no ano de 2000*. 2003. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2003.

WELLS, J. Distribuição de rendimentos, crescimento e a estrutura de demanda no Brasil na década de 60. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 21-44, 1974.

WILLIAMSON, J. G. Latin American inequality: colonial origins, commodity booms or a missed twentieth-century leveling? *Journal of Human Development and Capabilities*, Abingdon, v. 16, n. 3, p. 324-341, 2015.

Resumo

Os ricos no Brasil: o que sabemos, o que não sabemos e o que deveríamos saber

Nos últimos anos, o estudo dos ricos e da concentração de renda no topo ganhou proporções inéditas no Brasil. Este artigo analisa as raízes históricas desse debate e seu crescimento recente, situando o recorte a partir dos ricos em relação às abordagens dominantes sobre a nossa desigualdade de renda. O texto destaca as principais contribuições empíricas dessa literatura para aprofundar nosso conhecimento dos níveis, tendências e causas da concentração no topo, além de apontar as maiores lacunas e possíveis direções para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Estratificação Social; Ricos; Concentração no Topo; Desigualdade de Renda.

Abstract

The Rich in Brazil: what we know, what we do not know, and what we should know

Research on the rich and on the concentration of income at the top in Brazil has reached new heights over the past few years. This paper analyzes the historical roots of this debate and its recent growth and contextualizes it regarding the dominant approaches to income inequality in the country. The text highlights the major empirical contributions of this literature on the levels, trends, and causes of the concentration at the top, as well as its deepest gaps and shortcomings.

Keywords: Social Stratification; Rich; Top Incomes; Top Income Shares; Income Inequality.

Résumé

Les riches au Brésil : ce que nous savons, ce que nous ne savons pas et ce que nous devrions savoir

Ces dernières années, l'étude des riches et de la concentration des revenus au sommet a gagné des proportions sans précédent au Brésil. Cet article examine les racines historiques de ce débat et de sa croissance récente, plaçant la coupe des riches par rapport les approches dominantes sur notre inégalité des revenus. Le texte met en évidence les principales contributions empiriques de cette littérature pour approfondir nos connaissances des niveaux, tendances et causes de la concentration au sommet, et en plus point les plus grandes lacunes et les directions possibles pour la recherche future.

Mots clés : Stratification sociale ; Riches ; Concentration au Sommet ; Inégalité des revenus.